

ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA - 18/11/2024

O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa - CMI/SP, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL Nº 17.452/09/2020, com a disposição do seu REGIMENTO INTERNO, transcreve abaixo a reunião **Ordinária da Plenária**, realizada na quinta-feira, **dia 18 de novembro de 2024**, das **10h35 às 11h55** – COM A PRESENÇA do presidente **Nadir Francisco do Amaral**, além dos demais conselheiros do CMI.

Ata nº 27 – Ano de 2024

Na segunda-feira, dia **18 de novembro de 2024**, das **10h35 às 11h55**, foi realizada a reunião **Ordinária da Plenária** do CMI/SP, sem quórum suficiente – e, por isso, não se tratou de uma reunião deliberativa – na sede da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

PAUTA

I – Saudação do Presidente

II- Roda de conversa sobre a VI Conferência Municipal de Direitos da Pessoa Idosa

I- Saudação do Presidente

O presidente do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa (CMI-SP), **Nadir do Amaral**, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos os conselheiros e desejando um bom retorno do feriado, Em especial, agradeceu a presença dos representantes do Departamento de Participação Social (DPS) da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), Em seguida a estes agradecimentos, contextualizou a importância de suas presenças na Plenária, diante da estrutura burocrática interna da SMDHC. Logo após, passou a palavra para que estes representantes se apresentassem.

Bianca Lima se apresentou como assessora do DPS e falou que irão começar a acompanhar mais as atividades do CMI-SP, em especial no momento de preparação da Conferência. Pontuou que os representantes deste departamento que estarão sempre presentes serão ela, Marco ou Luiza. **Marco Costa**, outro representante do DPS presente, também se apresentou e se colocou à disposição para o que fosse necessário.

Nadir do Amaral reforçou as boas-vindas a eles e perguntou se algum conselheiro gostaria de comunicar algo ou divulgar eventos. Antecipou-se dizendo que na próxima e última Plenária do ano haverá uma apresentação das atividades realizadas por cada Comissão ao longo do ano. Ninguém se manifestou.

II- Roda de conversa sobre a VI Conferência Municipal de Direitos da Pessoa Idosa

Como não houve manifestações, **Nadir do Amaral** prosseguiu para o tema da roda de conversa. Explicou que está há algum tempo buscando contato com o Raphael, presidente do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Idosa (CNDPI), para obter posicionamentos em relação à VI Conferência. Apontou que a última informação recebida foi a de que as datas serão adiadas da seguinte forma:

- As Conferências Municipais deverão ocorrer até abril/maio de 2025;
- As Conferências Estaduais deverão ocorrer até julho/agosto de 2025;
- A Conferência Nacional deverá ocorrer até setembro/outubro de 2025.

Compartilhou outra informação recebida acerca de kits preparatórios, que conterão informações específicas e o regimento norteador, o quais serão enviados para todos os Conselhos Municipais de Direitos da Pessoa Idosa do Brasil. Entretanto, apontou que até o presente momento nada havia sido recebido pelo CMI-SP. Diante disso, está aguardando retorno do presidente do CNDPI para mais orientações. Para que fosse dado seguimento, lembrou que na última reunião (assembleia do mês de novembro de 2024) o conselheiro Ariovaldo Guello sugeriu que fossem iniciadas as preparações referentes à comissão organizadora e essa sugestão foi acatada por este Conselho. Portanto, reforçou que espera que todos participem, especialmente dentro de seus respectivos territórios. Informou que esteve presente nas regiões Leste, Sul e Centro, as quais já estão realizando os “esquentas” para que sejam discutidas as demandas para a Conferência. Ainda, lembrou que as organizações transversais representadas neste Conselho também precisam apresentar suas demandas e orientações em relação à Conferência. Em seguida, fez uma breve recapitulação do que foi apresentado na assembleia, dia 11/11/2014, sobre a VI Conferência Municipal e reapresentou os eixos que direcionam este evento. Reforçou que é um bate-papo e serão consideradas as colaborações de cada pessoa presente. Assim, abriu o momento para manifestações.

Cida Costa iniciou a discussão pedindo que fosse melhor esclarecido o que está sendo esperado, uma vez que se sabe que é muito trabalho, mas muitas demandas ainda precisam ser levantadas. Apontou que a partir das bases de atuação deverá sair o material direcionador do evento, com as propostas de ações, como foi na última Conferência. Mencionou o “IDEA-Idoso” como exemplo, então, pediu esclarecimento sobre como deverá ser a colaboração direcionada por eixos.

Em resposta, **Nadir do Amaral** explicou que está sendo solicitado uma aproximação com o tema e que sejam direcionadas discussões nesse sentido em cada base de atuação dos conselheiros. Citou o exemplo do IDEA-Idoso, apontando que, se for pertinente, podem retomar como demanda para esta Conferência, diante das observações e sugestões das bases locais dos conselheiros, por isso é solicitado a aproximação com o tema da Conferência. Por fim, elucidou que é esperado que contribuam com pensamentos e análises sobre os eixos, bem como que reflitam de que maneira as experiências como militantes das causas das pessoas idosas podem contribuir para levantamento de demandas que colaborem com o escopo da Conferência.

Cida Costa pontuou que o IDEA-Idoso foi apenas um exemplo.

Em seguida, a palavra foi solicitada pelo conselheiro **Ariovaldo Guello**, o qual reforçou a consideração que fez na última reunião (Assembleia realizada dia 11/11/2024), de que a primeira providência deve ser instituir a comissão organizadora e buscar pessoas com experiência em conferências. Reforçou a importância da comissão organizadora para início das discussões, para que, em seguida, seja realizado o acompanhamento do que já foi feito ou não, com base no relatório final da última conferência. Exemplificou com a temática das

calçadas, dizendo que é importante analisar temas como este que vêm se repetindo a cada conferência que acontece, portanto é necessário avaliar se houve alguma efetividade no que foi planejado executar ou não. Mas, por fim, reiterou que sem a comissão organizadora não é possível dar início a isso.

Nadir do Amaral respondeu apontando duas ótimas sugestões do conselheiro Ariovaldo, sendo a primeira a questão das calçadas, que vem repetindo-se nas conferências, portanto é preciso avaliar os motivos dessas repetições e as causas da falta de ação nesta pauta. A outra boa sugestão foi sobre o acompanhamento do que já foi feito ou não, pois é essencial acompanhar o que já foi decidido em edições passadas deste evento. Ressaltou que o documento acerca dos resultados das conferências é um instrumento de gestão imprescindível para guiar metas e planejamentos de gestores públicos em relação às demandas da população idosa.

Ruth Lavadenz pediu a palavra e iniciou sua fala apresentando-se. Apontou que a participação social é muito importante nas conferências, pois sem esta não se pode realizar nada. Portanto, reforçou a importância dos fóruns da cidade de São Paulo, pois são neles que estão as pessoas interessadas e necessárias para que a conferência aconteça. Sugeriu a importância de ir até a Câmara Municipal para conhecer projetos de lei que estão em andamento ou não estão. Relatou ter experiências com conferências passadas e, por isso, citou algumas conquistas das últimas realizadas. Sugeriu que temáticas sobre saúde, meio ambiente, habitação, alimentação e repúblicas de pessoas idosas sejam abordados nas diretrizes, com foco direcionado aos idosos que residem sozinhos. Abordou, também, a necessidade em discutir a regionalização dos equipamentos de saúde e socioassistencial, pois percebe-se a necessidade de percorrer longas distâncias, de um distrito a outro, quando se disponibiliza uma vaga de atendimento à pessoa idosa.

Em seguida, **Marisa Accioly** deu uma sugestão de encaminhamento, reforçando o que já tinha sugerido anteriormente em outra reunião. Ressaltou que a partir dos eixos, nota-se que qualquer conferência deve contemplar todas as áreas que dizem respeito à vida humana, como habitação, assistência social e outras, portanto, temas citados pela conselheira Ruth já estarão inclusos nos eixos, de alguma maneira. Assim, seguiu para apresentar sua sugestão, que se trata da importância em focar nos resultados das conferências passadas e não nos temas discutidos. Apontou que ela enviou a todos os conselheiros os resultados da V Conferência Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, portanto caberia agora analisar quais encaminhamentos foram atendidos, quais não foram e, se desses não atendidos, ainda são necessários. Reforçou que muitos resultados da última conferência se ancoraram em sugestões municipais levadas para o IDEA-Idoso, como citado pela conselheira Cida Costa anteriormente. Por fim, pontuou que a revisão a partir do Plano de Metas, do Plano Intersetorial de Políticas Públicas para o Envelhecimento e dos Resultados da V Conferência é mais objetivo para compreender o que o município conquistou ou não, a fim de poupar tempo.

Cida Costa pediu a palavra e pontuou a necessidade em avançar com a instituição de uma comissão organizadora, pois é necessário que haja organização para contemplar todas as regiões. Ainda apontou que já há colegiados das regiões Sul e Leste, mas que não conseguiram avançar muito. Disse que na região Norte também já foi organizado um colegiado, mas tudo precisa ser mais alinhado. Afirmou a necessidade de articular esforços coletivos para que os fóruns estejam reunindo-se e organizando-se perante a Conferência. Finalizou dizendo que independente de quórum da reunião, dever-se-ia estabelecer uma comissão organizadora para que comesçassem a ser direcionadas questões da Conferência, independentemente dos direcionamentos que virão do âmbito nacional. Justificou seu posicionamento devido às organizações internas acerca da Conferência Municipal que já estão acontecendo dentro dos Fóruns e que tudo isso precisa ser acompanhado de perto.

Nadir do Amaral afirmou que acha muito importante todo o arcabouço que a conselheira Marisa apresentou, sendo essencial que todos realizem leituras dos materiais indicados. Em especial, a revisão do plano de metas deve ser uma “lição de casa” para todos.

Em sequência, a conselheira **Thereza Monteiro Marchesini** solicitou a palavra. Iniciou sua fala afirmando sua experiência com conferências anteriores, por isso compartilhou que, antigamente, todas as conferências eram tratadas pelos Conselhos, inclusive as pré-conferências regionais e que os fóruns apenas davam suporte. A partir disso, justificou a importância em ajustar os direcionamentos, pois, baseada em suas experiências prévias, é muito comum que haja uma frustração coletiva, porque acaba resultando apenas em discussões vagas. Portanto, finalizou apontando a relevância de que cada representante ali tenha ciência do eixo que quer tratar.

Em seguida, **Bianca Lima**, representante do DPS, pediu a palavra. Retomou a fala da conselheira Ruth, ressaltando a necessidade da participação social, especialmente nas pré-conferências. Baseada em experiências de participação e acompanhamento de várias conferências prévias, enfatizou que é importante que haja um grupo de trabalho que direcione as pré-conferências e engaje a participação da sociedade para que a VI Conferência Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, propriamente dita, seja efetiva. Ademais, sugeriu que na próxima reunião elejam a comissão organizadora, visto que a atual plenária, até o presente momento, não tinha quórum suficiente para ser deliberativa.

A seguir, a fala foi dada a **Luciano Araújo**, o qual iniciou dizendo que há dois tópicos sendo tratados e que não precisam se excluir mutuamente. O primeiro vem a ser a comissão organizadora, pois afirmou que não é possível pensar na preparação de uma conferência sem a composição desta comissão entre sociedade civil e representantes do governo. A partir disso, espera-se articular com os fóruns para incentivar participação social. Apontou que as conferências que já estão acontecendo caracterizam “conferências livres” e podem ser organizadas por qualquer segmento social - exemplificou citando pessoas idosas em situação de rua - para que apontem suas colaborações prévias à Conferência de fato e tudo precisa ser credibilizado e isso não exclui a necessidade de uma comissão organizadora. Elucidou que é preciso que o Conselho analise o que foi resultado das últimas conferências e foi conquistado ou não. Apontou que a Secretaria que representa tem um pedido feito por este Conselho para responder o que foi atendido dentro do Plano de Metas, adiantou que está para ser respondido em breve, e pontuou que isso dialoga diretamente com essa temática, por exemplo. Ainda, ressaltou a necessidade de considerar nessa análise que esta é a primeira gestão deliberativa do Conselho, portanto é válido questionar “desde que este Conselho transformou o seu caráter consultivo em caráter deliberativo, quais foram as políticas públicas deste município que foram, de fato, deliberadas a partir deste Conselho?”. Para tanto, finalizou dizendo que isso é papel do CMI-SP, da comissão organizadora, enquanto os Fóruns continuarão tendo importante papel na mobilização social, por isso, reitera a relevância em instituir tal comissão.

Logo depois, a conselheira **Sufia Gonçalves** solicitou o momento de fala. Iniciou apresentando-se e afirmou a necessidade em retomar reivindicações que são tratadas em todas as Conferências, mas são esquecidas, especialmente aquelas que dizem respeito à periferia. Por isso, pediu que fosse dada atenção às necessidades mais relevantes das pessoas idosas periféricas.

Seguidamente, **Nadir do Amaral** tomou a palavra para elogiar o debate e pediu, então, que refletissem se seria necessário retomar questões que foram “esquecidas” em conferências passadas.

Dando continuidade à discussão, o conselheiro **Diógenes Martins** elogiou as colaborações de todos e, em seguida, sintetizou as ideias apresentadas até o presente momento. Portanto, indicou que entendeu que foi pautado em todas as falas a necessidade em focar primeiramente na composição da comissão organizadora. Também, expôs que ficou entendido que os “esquentas regionais” (pré-conferências regionais) devem ser conduzidos pelo CMI-SP a partir de tal comissão organizadora, exceto as conferências livres, que são espontâneas e independem de condução do Conselho. Ainda elucidou sua compreensão sobre o fato de que, a partir de cada eixo, deve-se tentar inserir as contribuições das pré-conferências. Para tanto, confirmou que ficaria como encaminhamento a instituição da comissão organizadora e a definição do ciclo de conferências prévias regionalizadas, as quais seriam também encaminhadas aos Fóruns para que somem suas contribuições.

Em sequência, o **Presidente Nadir do Amaral** pontuou que é de extrema relevância que as conferências livres cheguem até idosos institucionalizados e pessoas idosas em vulnerabilidade social, para que suas demandas e contribuições sejam representadas na Conferência Municipal, propriamente dita.

A conselheira de governo **Rosa Marcucci** pediu a palavra e afirmou que ficou feliz em perceber o reavivamento dos Fóruns da Pessoa Idosa da cidade de São Paulo. Seguiu sua fala pontuando que todos os itens apresentados são válidos, porém é importante lembrar que tudo que for reivindicado pelas Conferências Municipais passará para outras instâncias e, por isso, reforçou a essencialidade em pautar nas discussões regionais a necessidade de custeio específico para pessoas idosas, pois sabe-se que sem verba não é possível atingir as metas que se estabelecerem a partir da Conferência. Apontou outro tópico que não pode ser esquecido nas pautas regionais, que é a organização de uma rede de cuidado continuado, para que representam demandas de idosos fragilizados que não conseguem se manifestar em causa própria. Finalizou sugerindo que pontos como esses, então, fossem sugeridos em todas as pré-conferências, para que seja elucidado a importância dessas demandas e elas cheguem até instâncias maiores.

Logo depois, o conselheiro **Ariovaldo Guello** assumiu o momento de fala e afirmou que acredita que tudo deve ser muito mais simples, partindo da convocação das pessoas para formação da comissão organizadora e copiar o escopo de organização do que já foi realizado em edições anteriores deste evento, sem necessidade de demasiada burocracia e esperar uma próxima reunião para decidir a comissão organizadora. Pontuou que parece complicado os representantes de governo assumirem responsabilidades com a comissão organizadora, devido ao acúmulo de funções. Portanto, sugeriu que entrassem em contato com pessoas experientes na preparação de Conferências, sejam elas ainda atuantes no Conselho ou não, a fim de que contribuíssem com experiências do passado e que já iniciassem a questionar os interessados em compor a comissão organizadora.

O conselheiro **Diógenes Martins**, em sequência, questionou o conselheiro Ariovaldo a fim de compreender se a sugestão dele seria que não fossem realizados os trâmites burocráticos que atrasam para decidir a comissão organizadora e que ela fosse logo instituída para iniciar os diálogos com as bases. Desse modo, perguntou ao senhor Ariovaldo qual seria a sua sugestão de encaminhamento.

Em resposta, **Ariovaldo Guello** iniciou lamentando que não houvesse quórum suficiente para realizar a deliberação acerca da comissão organizadora. Ainda, pontuou que tal falta de quórum tem sido recorrente e é preocupante que as pessoas estejam afastando-se dos procedimentos do Conselho, visto que se houvesse uma presença mais significativa nesta mesma reunião tudo poderia ser resolvido com mais celeridade.

Neste momento, o **Presidente Nadir Francisco do Amaral** interrompeu o momento de fala

do conselheiro **Ariovaldo** para informar a quantidade de conselheiros presentes, notificando que estavam ali 14 conselheiros, porém para atingir o quórum seriam necessários 16.

Prosseguindo a discussão, o conselheiro **Ariovaldo** retomou a fala pontuando que independente de quantos presentes tinham dessa vez, tem-se percebido determinada falta de engajamento também nas assembleias e nas reuniões de comissão. Apontou que é lamentável que os integrantes do Conselho não se comprometam com uma data única a cada mês, visto que se candidataram e espera-se que tenham noção do termo de pretensão à candidatura que foi assinado, o qual diz que deveria ser considerada a disponibilidade de tempo para atuar no CMI-SP. Seguiu sua fala lamentando que não se nota esse compromisso dos colegas conselheiros, pois isso gera lentidão no processo de tomada de decisões pelo colegiado. Acrescentou como sugestão que a secretaria executiva não deveria tomar para si a incumbência de gerir a comissão organizadora, pois é preciso mais pessoas para que as responsabilidades não se acumulem e proporcione participação dos demais conselheiros.

Em resposta, o conselheiro **Diógenes Martins** esclareceu que a secretaria executiva iria apenas se reunir para estudar as propostas sugeridas nesta reunião, com o objetivo de compreender como elas podem convergir. Enfatizou que não estava sendo sugerido que a comissão organizadora fosse apenas a secretaria executiva, afinal seria impossível que dessem conta de todas as subcomissões e funções.

Ariovaldo Guello apontou que isso havia sido manifestado na primeira reunião.

Imediatamente, **Diógenes Martins** respondeu pedindo que fosse desconsiderada essa informação.

Nadir do Amaral pediu a palavra para esclarecer que, diante da proporção da conferência, a comissão organizadora será dividida em outras subcomissões, sendo elas: a de Relatoria, Infraestrutura e a de Homologação e Credenciamento. Para tanto, reforçou que todos estes serviços serão divididos e a participação será aberta para todos os conselheiros, desde que participem. Continuou sua fala pontuando que é esperado que haja interesse entre o colegiado em compor a comissão, com determinado número considerável de membros. Em sequência, enfatizou a importância de cada uma delas e compartilhou suas experiências com diversas conferências, de diferentes âmbitos, citando brevemente as funções de cada subcomissão e a necessidade de pessoas com expertise para compor, especialmente, a Relatoria. Seguiu sua fala reforçando a importância de que os conselheiros tenham ciência acerca do que é uma conferência, para que esta possa ser efetiva e bem conduzida pelo controle social. Reafirmou a necessidade de comprometimento e consciência dos conselheiros para com os compromissos do CMI-SP, em especial a 6ª Conferência Municipal, a qual exigirá participação ativa do colegiado. Por fim, parabenizou a manifestação do conselheiro **Ariovaldo** e o agradeceu.

Enquanto decorria a fala do Presidente **Nadir do Amaral**, os conselheiros de governo **João Lindolfo Filho** e **Cleusa Guimarães Davis** chegaram para integrar o pleno da reunião e, assim, atingiu-se o quórum.

Em seguida, a conselheira **Ruth Lavadenz** pediu a palavra e reforçou a fala do Presidente **Nadir do Amaral**. Afirmou que nestas conferências é muito notável que a maioria dos participantes vai a passeio e não para conferir o que está sendo discutido e proposto. Prosseguiu enfatizando que todos deverão conferir como estarão sendo escritas e organizadas as reivindicações, pois cada palavra escrita fará a diferença, seja de forma positiva ou negativa. Reforçou a necessidade de comprometimento de todos para com as causas da saúde, meio ambiente, habitação e alimentação, em especial no contexto das

pessoas idosas que residem sozinhas. Seguiu sua fala lembrando aos presentes a missão em continuar estudando e trabalhando para conferir cada pauta reivindicada. Por fim, convidou a todos para estarem na reunião do Fórum Pirituba-Jaraguá, o qual ela coordena, na sexta-feira, 22/11/24.

Em ato contínuo, a conselheira **Cida Costa** tomou a palavra para retomar a fala do Presidente Nadir do Amaral quanto à noção e consciência das ações dos conselheiros no CMI-SP. Elucidou que quando propõem a candidatura, os pré-candidatos assinam o termo com o mínimo de ciência das atividades do Conselho, portanto espera-se que sejam oferecidos aprimoramentos aos conselheiros por parte da SMDHC. Todavia, afirmou que isto não tem acontecido. Acerca da discussão da conferência, foi pontuado pela conselheira que todo relatório final deste evento deve ser entregue ao prefeito, a exemplo do último relatório que foi entregue ao ex-prefeito. Concluiu sua fala pontuando que não se sabe se o atual prefeito tomou ciência deste relatório.

Em sequência, a **Vice-Presidente Ana Cristina Teixeira** informou como se compôs a comissão organizadora da última Conferência Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, com base na memória gerada deste evento, sendo cinco (5) representantes de cada macrorregião e cinco (5) representantes da Coordenação de Políticas para Pessoa Idosa (CPPI). Continuou sua fala pontuando que, devido às mudanças da legislação do CMI-SP, será verificado como deverá ser formada a comissão organizadora da 6ª Conferência, especialmente sobre a questão da proporção dos delegados e se os integrantes da comissão organizadora poderão ser delegados. Por fim, comprometeu-se em verificar as propostas finais da última conferência, a fim de categorizar àquelas que foram atendidas ou não, e afirmou que, através da Secretaria Executiva, tais informações serão divulgadas a todos.

O **Presidente Nadir do Amaral** retomou a palavra para resgatar a fala do conselheiro de governo Luciano Araújo, afirmando que o pedido enviado pelo CMI-SP às 15 Secretarias Municipais integrantes deste Conselho, acerca das ações executadas do Plano de Metas referente à população idosa nos últimos quatro anos, dialoga com o que foi relatado na última conferência. Diante disso, afirmou a importância em ser considerado o olhar da gestão pública nesse contexto das reivindicações da próxima edição do evento. Pontuou que uma das metas estabelecidas pela 5ª Conferência Municipal foi a mudança do CMI-SP em assumir caráter deliberativo e paritário, portanto esta já foi uma meta concluída. Exemplificou a situação da organização da última conferência, em que o Conselho era organizado em 45% da participação social e 25% de representantes do governo, mas na organização da conferência foi estabelecido que os delegados deveriam ser 60% de integrantes da sociedade civil e 40% de representantes do governo. Diante disso, pontuou a necessidade em refletir sobre a paridade atual do Conselho e as normas de composição dos delegados da conferência (60/40), a fim de definirem qual proporção será estabelecida, com a anuência de todos. Apontou, também, que a Secretaria Executiva sempre participa da comissão organizadora. Por fim, finalizou perguntando se mais alguém gostaria de contribuir, especialmente os conselheiros que haviam chegado há pouco tempo na reunião.

Levantou-se o questionamento entre os presentes se, a partir deste momento, o quórum estaria estabelecido. **Tárcia Oreste**, funcionária da equipe administrativa do CMI-SP, confirmou que sim, pois, com a chegada dos últimos representantes de governo, atingiu-se a quantidade de 16 conselheiros.

Diante disso, a **Vice-Presidente Ana Cristina Teixeira** comentou que iniciariam os trâmites para definição da comissão organizadora o quanto antes, enviando um comunicado geral por e-mail solicitando informações de quem tem interesse em participar e compor as

subcomissões pré-definidas. A partir disso, deverá ser marcada uma plenária extraordinária para a definição da comissão organizadora, visando a celeridade deste processo.

Cida Costa questionou se não seria possível aproveitar o quórum presente, visto que foi atingido, para definir a qual formatação será utilizado para eleger os delegados.

Nadir do Amaral elucidou que diante das normas estabelecidas pelo CNDPI, a proporção dos delegados deve ser 60/40, entretanto, diante da composição 50/50 deste conselho, portanto ainda precisam verificar com as instâncias superiores se é possível fazer tal mudança.

Cida Costa apontou que não acha a comunicação por e-mail a melhor maneira para definir todas essas questões.

A **Vice-Presidente Ana Cristina Teixeira** esclareceu que seria feita apenas a consulta de interesse em compor a comissão organizadora por e-mail. A partir disso, as definições da comissão e da proporção de delegados seriam definidas presencialmente em plenária extraordinária.

Em seguida, o conselheiro **Ariovaldo Guello** pontuou que se a organização máxima deste evento é realizada pela instância nacional, dever-se-ia seguir as regras estabelecidas pelo CNDPI e não do CMI-SP, visto que o estabelecimento de paridade é uma organização interna deste Conselho. Concluiu sua fala justificando seu posicionamento pelo fato que o CMI-SP estará apenas participando de um evento que já estabeleceu as regras, portanto, o ideal é que este Conselho se adapte às normativas superiores da conferência.

O **Presidente Nadir do Amaral** questionou como o DPS pode contribuir com essa questão.

Bianca Lima elucidou que, em todas as conferências municipais que o DPS já esteve presente, tudo foi organizado de acordo com as regras nacionais previamente estabelecidas.

O **Presidente Nadir do Amaral** retomou a palavra confirmando que, então, seguirá essa proporção que é esperada (60/40), pois já é a configuração indicada para as conferências estaduais. Finalizou pontuando que seguirão essa normativa, se assim for estabelecida.

Em seguida, o conselheiro **Ariovaldo Guello** pediu ao Presidente Nadir do Amaral que o resumo da última Conferência Municipal de Direitos da Pessoa Idosa fosse reenviado, mas não em formato PDF.

Cida Costa questionou quais seriam os encaminhamentos finais da reunião.

Em resposta, o **Presidente Nadir do Amaral** sintetizou os encaminhamentos discutidos nesta planária, que foram: a Secretaria Executiva fará parte da comissão organizadora, mas esta será aberta a todos os demais interessados; haverá três (3) subcomissões; será enviado e-mail para consulta acerca do interesse em compor cada subcomissão; e, por fim, que será acatado a proporção de delegados definida pela instância nacional (60/40). Ainda, acrescentou que é esperado ser elaborado um “balcão de dúvidas” sobre a 6ª Conferência Municipal para atender os Fóruns neste período de organização.

Cida Costa agradeceu os esclarecimentos e afirmou que sairia da reunião ciente de que tudo foi consentido em coletividade.



O Presidente **Nadir Francisco do Amaral** concordou com a conselheira e, por fim, agradeceu a presença de todos, e deste modo, encerrou-se esta reunião.

Participaram da reunião os (as) seguintes Conselheiros (as) da Sociedade Civil:

LISTA DE PRESENÇA		
CHAPA	NOME	PRESENÇA
Fórum da Pessoa Idosa V. Maria, V. Guilherme, V. Medeiros	Damaris Germana Roberto	A
	José Reis Netto	A
Fórum da Cidadania da Pessoa Idosa da Cidade de São Paulo - Pirituba/Jaraguá/Perus	Ruth Altamirano Lavadenz	P
	Norma Oliveira Neres	A
Fórum da Pessoa Idosa de Itaquera	Margarete Campos Siqueira	A
	Maria Inês Santana Ferreira da Silva	A
Fórum Cidadão Idoso São Mateus	Sufia Gonçalves Duarte	P
	Luiz Antonio Rodrigues dos Santos	A
Fórum da Pessoa Idosa Capela do Socorro, Parelheiros	Antonio Brito Cardoso	A
	Sueli dos Santos	A
Fórum da Pessoa Idosa de M'Boi Mirim	Dione Silva de Moraes	A
	Cicera Alves da Silva	A
Fórum da Pessoa Idosa de Pinheiros	Ariovaldo Guello	P
	Maria Aparecida Caprino	A
Fórum Butantã	Thereza Monteiro Marchesini	P
	Alaide Pedro de Carvalho	A
Fórum Liberdade	Nadir Francisco do Amaral	P
Fórum Região Centro	Niltes Aparecida Lopes de Souza	A
	Maria Aparecida Costa	P
CHAPA	NOME	PRESENÇA
Me Too Brasil	Maria do Carmo Guido Di Lascio	J
	Elisabeth Meloni Vieira	A
Associação Nosso Sonho	Maria do Socorro Alves	A
Geronto EACH-USP	Marisa Accioly	P
	Maria Luisa Trindade Bestetti	A
CHAPA	NOME	PRESENÇA
Sindicato Nacional dos Aposentados	Diógenes Sandim Martins	P
	Sonia Maria Pereira	A
Trabalho 60+	Norma Rangel	J
	Ricardo Mucci	J

LEGENDA
P - Presente
PO - Presença Online
L - Licença
A - Ausente
J - Justificada

Participaram da reunião os (as) seguintes Conselheiros (as) Representantes de Governo:

LISTA DE PRESENÇA		
SECRETARIA	NOME	PRESENÇA
SMS	Rosa Maria Bruno Marcucci	P
	Maria Aparecida Barbosa Nunes	A
SMADS	Rita de Cassia Monteiro de Lima Siqueira	L
	Juliana Gadini Finelli	P
SEHAB	Patricia Spedaletti de Deus	J
	Tatiana de Oliveira Lima	A
SMT	João Lindolfo Filho	P
	Ilza Harumi Tadano	A
SMDET	Cleusa Guimarães Davis	P
	Liliane Paulina da Silva	A
SVMA	Carlos Eduardo Guimarães de Vasconcellos	J
	Tamires Carla de Oliveira	A
SME	Camila Bonaldi dos Santos	P
	Stella Versolla Tangerino	A
SEME	Dinéia Mendes de Araújo Cardoso	A
	Mara Luiza da Silva	A
SMC	Claudio Aguiar Almeida	P
	Alessandra Tonelli Távora	P
SMPED	Severina Eudoxia da Silva	J
	Devanice Jovina de Abreu	A
SMDHC	Ana Cristina Silveira Teixeira	P
	Suzana Rosa	P
SMIT	Paulo Sérgio Paiva dos Santos	A
	Nicolle Martins Firmino	A
SF	Alexandre Magno Alvim Salgueiro	A
	Laressa Carvalho Oliveira	A
SMSUB	Luciano Santos Araújo	P
	Adriano Porto Garcia	P
SMSU	Monica Mazzola	A
	Euclides Conradim	A

LEGENDA
P - Presente
PO - Presença Online
L - Licença
A - Ausente
J - Justificada

Participaram da reunião os (as) seguintes convidados (as):

INSTITUIÇÃO/DEPARTAMENTO	NOME	PRESENÇA
DPS	Bianca Lima	P
	Marco Costa	P